



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680456 - SP (2021/0220898-3)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO ZOGAIBE BATISTELA - SP420501
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE DOS ANJOS ROSA FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE DOS ANJOS ROSA FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0006832-39.2021.8.26.0996).

O paciente, "reincidente, cumpre pena de nove (9) anos, dois (2) meses e dezenove (19) dias de reclusão por crimes de roubo agravado e furtos simples e qualificado. Foi promovido ao regime semiaberto no dia 13/1/2021, e ao aberto em 15/5/2021" (fl. 75).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, sendo desarrazoada a decisão do tribunal quanto à necessidade de exame criminológico, porquanto desprovido de fundamentação.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja mantida a decisão de primeiro grau que concedeu ao paciente a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que, "nos termos da Súmula n. 439 deste Superior Tribunal, admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão

motivada" (AgRg no HC 649.009/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 23/06/2021), o que torna a reversão da conclusão de necessidade do exame inadequado em liminar no plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente